

CEDI

Povos Indígenas no Brasil

Fonte: O Estado Class.: 174

Data: 05.09.84 Pg.: _____

Em Ibirama, índios liberam caminhão seqüestrado

IBDF pune com corte nas cotas de comercialização de madeira

A Delegacia Regional do Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal (IBDF) decidiu que não abrirá nova cota de comercialização, madeireira para os índios da reserva Duque de Caxias, em Ibirama. O anúncio foi feito ontem, pelo Delegado Regional Ulisses Rogério Arruda de Andrade, sustentando que os abusos cometidos pela comunidade indígena ocorreram pela falta de fiscalização da Delegacia Regional da Funai, que teria o encargo de fazer prevalecer a cota prevista de exploração em 1.243 metros cúbicos.

Ao invés de cumprir este limite, os índios venderam cerca de 11.768 metros cúbicos às madeireiras locais, extrapolando em mais de 10 mil metros cúbicos a cota estipulada pelos técnicos do IBDF. "Fizemos tudo o que tinha que ser feito. Estabelecemos critérios para a exploração e instrumentamos tecnicamente a reserva, através de inventário para execução da retirada", enfatizou o delegado. Além disso, informou que na última segunda-feira a Indústria de Óleo Vegetal Ibirama Ltda foi multada em cerca de Cr\$ 500 mil pelo IBDF, por não ter autorização para explorar madeira na região.

Diante desta situação os índios se

revoltaram contra a suspensão da comercialização e estão fazendo bloqueio nas estradas que levam à reserva, seqüestrando inclusive caminhões na tentativa de pressionar o IBDF a voltar atrás na sua decisão. Quanto a esta manifestação o delegado do IBDF assinalou não exercer qualquer influência na revogação da medida, servindo inclusive de fiscalização dos índios que não permitirão a entrada de comerciantes na reserva.

INVENTÁRIO

Após ter retirado da reserva de Ibirama mais de 40 mil empresas clandestinas e ainda fechar outras tantas por 90 dias, abreviando desta forma a exploração indiscriminada, o IBDF, em conjunto com outros órgãos decidiu que toda a exploração vegetal das reservas catarinenses seria dali por diante, feita de maneira racional. Para tanto executou um inventário das espécies da região. Em consequência deste procedimento foram marcados mais de mil metros cúbicos de madeira, trabalho que foi completado há mais de quatro meses na região, esperando que a Funai se encarregasse de implantar e fiscalizar o sistema.

Paralelamente, o IBDF liberou

áreas perto da residência de cada família para que fosse explorado o cultivo agrícola que em seguida foram solicitadas pelos índios para a venda de madeira. Diante da solicitação o IBDF estimou o material a ser vendido em um volume de 1.242 metros cúbicos permitindo a retirada de madeira.

COTA EXTRAPOLADA

"Logo na primeira verificação de técnicos do IBDF, constatamos um excedente de mais de 10 mil metros cúbicos que foram extraídos por madeireiras locais e vendidas pelos índios. Imediatamente a autorização foi cancelada e comunicamos às indústrias consumidoras de sassafrás, espécie permitida para extração, que se fossem flagradas extraíndo ou comprando de indígenas seriam autuadas e posteriormente feriam seu registro no IBDF vetado", disse o Delegado.

Para ele a ocorrência de extração desmedida, e que levou à suspensão da cota aos índios, aconteceu por não existir na reserva nenhum instrumento que garanta o limite e que teria que ser feito pela Funai. "O IBDF não pode fazer este tipo de fiscalização, até porque não dispõe de material humano. A Funai sim é que teria que fazer este papel", argumenta o Delegado.

Blumenau — Foi liberado ontem, às 17h30m, o caminhão carregado de toras que estava retido desde o último domingo pelos índios da reserva Duque de Caxias, de Ibirama. A liberação foi promovida pelo chefe do posto da Funai, João Batista Ozelame, que apanhou de surpresa o cacique das três tribos — xoklengs, caingangues e guarani — Aristides Faustino Kriri, que iria apresentar o veículo dirigido por José João da Silva, aos repórteres. Hoje, deve haver uma reunião na comunidade indígena para discutir o assunto e talvez uma formalização de um acordo para unir as correntes.

O seqüestro do caminhão é resultado de um conflito interno entre índios puros mestiços e brancos, pela posse da madeira remanescente que foi derrubada até 30 de junho, conforme plano de corte emitido pelo Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal. Bastante exaltados, os índios chefiados por Aristides, que se encontravam ontem em grande número no centro da cidade (realizando negócios), não quiseram comentar as divergências internas, mostrando-se bastante arredios. Apenas estavam credenciados a falar o vice-cacique Weitchá Uvanhacu-Teié, e o cacique Aristides.

CONTATOS

O vice-cacique seguiu ontem à

tarde para Curitiba onde manterá contatos com o escritório regional da Fundação Nacional do Índio, procurando uma alternativa para o impasse. "Estamos preocupados em atender a lei, aquilo que o IBDF determina", foi a frase mais repetida pelos índios, que lamentavam a quebra de acordo dos mestiços e brancos que estão vendendo a madeira sem autorização do Governo Federal. "Eles estão tirando com os bois. Daí, os caminhões levam para fora das terras, principalmente sassafrás, (madeira de lei)", explicou o vice-cacique Weitchá.

Weitchá, Uvanhacu Teié, também deverá tratar outros assuntos com a Funai, assegurava o cacique Aristides. Diante da insistência, ele se mostrou favorável a indicar a reserva indígena, mas depois de conversar por quase duas horas. Do centro de Ibirama até a reserva Duque de Caxias, são quase 50 quilômetros de estrada empoeirada vencidas pelos indígenas com seus automóveis. Entretanto, Aristides Faustino Kriri, de 62 anos, não mostrou-se disposto a apresentar algumas das residências, porque estrategicamente tomou o caminho que mostra as casas do outro lado do rio, que precisa ser atravessado de canoa.

REIVINDICAÇÕES

O cacique explicou que as resi-

dências de madeira e todas pintadas foram construídas pelo Departamento Nacional de Obras e Saneamento (DNOS), isolando os índios da invasão da água quando do fechamento das comportas da barragem Norte, que deve estar concluída em 1986. Das 63 residências, faltam ser edificadas 30 delas, disse o cacique. No entanto, salientou já estão em funcionamento a escola e a enfermaria, velhas reivindicações dos indígenas, que receberam há mais de um ano cerca de Cr\$ 500 milhões de indenização pelo alagamento de 8% de suas terras (maioria férteis), pela barragem.

Na comunidade estão instaladas cerca de 900 pessoas entre mestiços, brancos e índios das tribos remanescentes de guarani, xoklengs e caingangue. Existem duas facções:

de um lado os índios puros lutam pela liderança do posto e de outro os mestiços e brancos procuram desviar a direção do cacique Aristides, há vários anos no cargo. Hoje, provavelmente, deve haver uma reunião entre Aristides, o chefe do posto da Funai, João Batista Ozelame, representantes do IBDF e ainda lideranças dos brancos e mestiços. Devem discutir um novo acordo para exploração da madeira, que foi quebrado pelos últimos, principal aspecto da discussão da comunidade já um pouco esquecida das suas tradições.